



## DECOLONIALIDADE E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: INTERSECÇÕES E APROXIMAÇÕES

## DECOLONIALITY AND ANTI-RACIST EDUCATION: INTERSECTIONS AND APPROACHES

Mariane Pizarro de Souza<sup>1</sup>  
Paulo Rennes Marçal Ribeiro<sup>2</sup>  
Claudete de Sousa Nogueira<sup>3</sup>

### RESUMO

O grupo de estudos venezuelano *modernidad/colonialidad* possui o objetivo de pesquisar e denunciar como as relações de poder presentes na América Latina são perpassadas pelas heranças culturais, econômicas, políticas e epistemológicas do período da colonização, como a racialização dos povos não-europeus, por exemplo. A partir disso, os pesquisadores propõem pensar uma nova perspectiva de estudos: a decolonial, a qual visa construir e reconhecer saberes das comunidades subalternizadas, combatendo a lógica racista e colonial que ainda impera na América. Considerando o contexto supracitado, este trabalho pretende discutir, por meio de uma revisão bibliográfica, as aproximações e interseções entre a educação decolonial e antirracista e sua importância para a educação brasileira, através de autores como Quijano (2015), Walsh (2009), Maldonado-Torres (2007), Candau (2016), Mota (2021), Oliveira (2016), Nascimento (2021), entre outros. A educação antirracista e decolonial visa combater o preconceito racial e valorizar as culturas negras e afro-brasileiras, ao defender a promoção de sistema educacional que aborde as epistemologias e conhecimentos negros nas escolas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Decolonialidade. Educação Decolonial. Educação antirracista.

### ABSTRACT

The Venezuelan *modernidad/colonialidad* study group has the aim of researching and denouncing how the power relations present in Latin America are permeated by cultural, economic, political and epistemological heritages of colonization, such as the racialization of non-European peoples, for example. From this, researchers propose to think about a new perspective of studies: the decolonial, which aims to build and value the knowledge of subaltern communities, fighting the racist and colonial logic that still prevails in America. Considering the aforementioned context, this work intends to discuss, through a bibliographic review, the approximations and intersections between decolonial and anti-racist education and its importance for Brazilian education, through authors such as Quijano (2015), Walsh (2009), Maldonado-Torres (2007), Candau (2016), Mota (2021), Oliveira (2016), Nascimento (2021) among others. Anti-racist and decolonial education aims to combat racial prejudice and value black and Afro- Brazilian cultures, by defending the promotion of an educational system that addresses black epistemologies and knowledge in schools.

**KEYWORDS:** Decoloniality. Decolonial education. Anti-racist education.

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (PPGEDU/Unesp). Mestra em Educação Sexual pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (Unesp). Graduada em História e Pedagogia pela Universidade Sagrado Coração (Unisagrado).

<sup>2</sup> Professor na Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (Unesp). Doutor em Saúde Mental pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestre em Educação pela Unicamp. Graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas).

<sup>3</sup> Professora na Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (Unesp). Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestra em História pela Unesp. Graduada em História pela Universidade de Sorocaba (Uniso).



## 1. INTRODUÇÃO

Os estudos pós-coloniais surgiram no mundo anglo-saxônico na década de 1970, e foram engendrados principalmente por pesquisadores de países colonizados pela Inglaterra. Tais estudos buscavam repensar as epistemologias e metodologias dominantes eurocêntricas, ao valorizar os conhecimentos produzidos nos países periféricos. Na esteira do pós-colonialismo, é fundado, em 1998, o grupo de estudos modernidad/colonialidad ou Proyecto M/C, em Caracas, na Venezuela. Dentre seus participantes estão os seguintes pesquisadores proeminentes: Aníbal Quijano, Edgardo Lander, Walter D'Almeida, Enrique Dussel, Zulma Palermo, Catherine Walsh, María Lugones e Nelson Maldonado-Torres.

O grupo M/C realizou uma nova proposta de pensamento: a perspectiva decolonial, a qual objetiva fazer um estudo crítico das amarras renascentes da colonização presentes na América Latina, como o processo de racialização dos povos não-europeus, visando construir novas bases de pensamento e conhecimentos que tenham como protagonistas as comunidades subalternizadas e suas epistemologias.

A decolonialidade tem servido como uma proposta reflexiva para se repensar os moldes eurocêntricos da educação brasileira, buscando transformá-la de modo que as vozes negras sejam ouvidas. A partir disso, este trabalho intenciona discutir, por meio de revisão de literatura, a formação racializada do Brasil, seus desdobramentos, e como a perspectiva educacional decolonial e antirracista pode servir de base para se pensar numa nova proposta de educação brasileira.

## 2. COLONIZAÇÃO E RACIALIZAÇÃO

Antes de adentrar nas discussões acerca da decolonialidade e educação antirracista, primeiramente, faz-se necessário compreender, em primeiro lugar, o conceito de colonialidade e seus desdobramentos para a formação racializada do Brasil e da América Latina. Para compor um diálogo inicial sobre o assunto, é fundamental entender a distinção entre colonialidade e colonialismo, o primeiro tem a sua existência fundada a partir do estabelecimento do segundo, como esclarece Maldonado-Torres (2007)

Colonialidad no significa lo mismo que colonialismo. Colonialismo denota una relación política y económica, en la cual la soberanía de un pueblo reside en el poder de otro pueblo o nación, lo que constituye a tal nación en un imperio. Distinto de esta idea, la



colonialidad se refiere a un patrón de poder que emergió como resultado del colonialismo moderno, pero que en vez de estar limitado a una relación formal de poder entre dos pueblos o naciones, más bien se refiere a la forma como el trabajo, el conocimiento, la autoridad y las relaciones intersubjetivas se articulan entre sí, a través del mercado capitalista mundial y de la idea de raza. Así, pues, aunque el colonialismo precede a la colonialidad, la colonialidad sobrevive al colonialismo. La misma se mantiene viva en manuales de aprendizaje, en el criterio para el buen trabajo académico, en la cultura, el sentido común, en la auto-imagen de los pueblos, en las aspiraciones de los sujetos, y en tantos otros aspectos de nuestra experiencia moderna. En un sentido, respiramos la colonialidad en la modernidad cotidianamente. (MALDONATO-TORRES, 2007, p. 131).

Em outras palavras, o colonialismo é ação de um povo dominar as estruturas políticas, militares, sociais e econômicas de um outro povo, tal fenômeno ocorreu em toda a América, a partir do século XVI, e durante os séculos XVIII, XIX e XX, na África, Ásia e Oceania, pelas mãos das nações europeias. O colonialismo se finda quando a sociedade subalternizada se torna independente politicamente de seu colonizador. Entretanto, a colonialidade é composta pelos padrões culturais, epistemológicos, subjetivos e sociais, como as relações de trabalho, as formas de produzir conhecimentos, e as determinações de raça e gênero, por exemplo, que permaneceram de herança do período colonial, e que, atualmente, ainda constituem as relações de poder, os embates políticos e sociais presentes em todas as ex-colônias.

Catherine Walsh (2009) classifica, alicerçando-se nas teorias de Aníbal Quijano, a colonialidade em quatro eixos principais: a colonialidade do poder, a colonialidade do saber, a colonialidade do ser e a colonialidade cosmogônica.

A colonialidade do poder, para Quijano (2000), é o sustentáculo fundamental do sistema que moldou e separou o mundo em duas categorias: o moderno e o colonial. A partir da colonização da América, os europeus inventam a modernidade, estabelecendo-se enquanto um povo superior, que estava levando seu modo de vida para os povos inferiorizados não-europeus. Assim, o mundo moderno seria aquele pertencente ao universo europeu branco, considerado o modelo de humanidade civilizada e evoluída, enquanto no outro polo oposto reside o mundo colonial, o qual se refere ao universo considerado “primitivo”, “selvagem” e “bárbaro” dos povos não brancos, negros e indígenas, no caso da América. É nesse cenário, que as populações humanas não-europeias se tornam racializadas, tendo destituídas de si sua humanidade, ou seja, foram bestializadas, e tiveram seus corpos objetificados como ferramentas inanimadas de trabalho.

Botton (2021) complementa

Genocídios étnicos aconteceram como parte da colonialidade do poder ao transformar todos os povos que viviam nas Américas em índios, e os africanos comercializados ali



como escravos em negros. Através de incapacitação dessas pessoas e grupos de terem nome, cultura, história e ritos próprios, também eram impedidos de serem humanos e sujeitos, ficando relegados à categoria objeto. (BOTTON, 2021, p.29).

É nas relações de trabalho, segundo Quijano (2000), que reside um outro aspecto importante do colonialismo do poder, uma vez que a racialização e desumanização dos povos negros e indígenas foram utilizadas como justificativa para transformá-los em escravos. Aos brancos foi relegado o papel de elite, a qual vivia dos ganhos de seus escravos, ou de assalariados, quando se refere aos brancos empobrecidos. Essa lógica de organização mundial do trabalho segue nos dias hodiernos. Entretanto, o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho precarizado e mal remunerado, realizado, principalmente, por negros no Brasil. Já na Europa, tais postos de trabalho são ocupados por imigrantes africanos e da América Latina. Ou seja, a colonialidade do poder também é um dos sustentáculos do capitalismo, pois utiliza o discurso de inferioridade para legitimar a exploração do trabalho dos povos não-brancos.

É importante salientar que a lógica da racialização funciona de modo diferente em lugares distintos do mundo, como por exemplo, no Brasil, os negros e indígenas são indivíduos alvos do racismo. Na Europa, contudo, além dos negros, sujeitos advindos da América Latina de pele clara sofrem com o preconceito e a subalternização, sendo considerados latinos<sup>1</sup>.

Portanto, o sistema-mundo Moderno/Colonial ainda sobrevive na América Latina, aos seus próprios moldes e com suas particularidades. Todavia, também permanece na divisão atual do trabalho global, alimentando o capitalismo global ao servir de alicerce para a manutenção de uma elite branca no poder, a qual explora os povos racializados.

A colonialidade do saber, segundo Walsh (2009), se refere ao posicionamento que estabelece os conhecimentos e epistemologias europeias como os únicos detentores da uma racionalidade considerada válida pela classe dominante. Tal fenômeno desconsidera a existência de saberes não-brancos e não-europeus, imprimindo no campo do saber uma lógica de dominação e superioridade.

Em relação à colonialidade do ser, Walsh (2009), utilizando-se dos escritos de Frantz Fanon, argumenta que este campo está diretamente relacionado com a lógica do colonialidade do poder, A colonialidade cosmogônica é um eixo pouco discutido, e é definido pela autora como uma colonialidade da “mãe natureza” e da própria vida na Terra. O sistema-mundo colonial/moderno é fundamentado no binômio natureza *versus* civilização, postulando que natureza é um ser inanimado, que pode ser explorado pela humanidade, e reforça o lugar da civilização como um fenômeno superior ao mundo natural. É válido lembrar que a dominação das riquezas naturais forma uma das bases do sistema capitalista que, ao colocar a natureza no



mesmo patamar de algo não vivo, justifica sua exploração desenfreada e nociva. Tal pensamento desconsidera e descarta práticas mágico-espirituais milenares, as quais conectam a existência humana com a natureza, e evidenciam o relacionamento interdependente dos seres humanos com o meio ambiente vivo e pulsante que os cercam. Walsh (2009) argumenta

Ao negar esta relação milenar e integral, explorar e controlar a natureza e ressaltar o poder do indivíduo moderno civilizado (na América do Sul ainda se pensa com relação ao branco europeu ou norte-americano) sobre o resto, como também os modelos de sociedade “moderna” e “racional” com suas raízes euro-americanas e cristãs, pretende-se acabar com toda a base da vida dos povos ancestrais, tanto indígena como de raiz africana. (WALSH, 2009, p.11).

Entretanto, além destes quatro eixos, um quinto é posto em discussão pela feminista María Lugones, a colonialidade de gênero. Segundo Botton (2021), Lugones critica alguns pontos das teorias de Quijano e de Mignolo, pois denuncia que estes não mencionaram em seus escritos como a colonialidade também afetou e permanece afetando as relações de gênero presentes na América Latina. Para Lugones, a divisão dos corpos em femininos e masculinos é um dos pilares organizadores do sistema-mundo colonial/moderno, o qual seguia/seguia a lógica de categorização dos indivíduos em binômios hierarquizados: brancos/não brancos, civilizados/incivilizados e homens/mulheres. Tal separação entre homens e mulheres demarcou uma classificação dos corpos tanto de colonizadores quanto de colonizados, sufocando existências não enquadradas nesses dois polos.

Ademais, Lugones enfatiza que as fêmeas humanas brancas sempre foram identificadas como mulheres e como seres humanos, apesar de estarem abaixo do homem branco na hierarquia social, diferentemente das mulheres racializadas, as quais eram categorizadas unicamente como fêmeas, não tendo as características consideradas femininas aplicadas a elas, ou seja, eram animalizadas e bestializadas. De acordo com a autora, para compreender o sistema de opressão e as vivências particulares das mulheres negras e indígenas, tanto na colonização quanto na colonialidade, é preciso ter uma perspectiva analítica interseccional, que inter Cruze os dados de gênero, raça e classe. (BUTTON, 2021).

Estes cinco eixos da colonialidade reforçam o quanto a lógica de dominação e imposição branca estão enraizadas em todas as estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais da América Latina, a qual nega existências, cosmovisões e epistemologias que não fazem parte da visão eurocentrada de mundo. Ademais, um dos aspectos centrais da sustentação da colonialidade é a racialização dos povos não-europeus, a qual serve como um dos instrumentos fundamentais para alicerçar o capitalismo global.



### 3. EDUCAÇÃO DECOLONIAL E ANTIRRACISTA

A decolonialidade é uma proposta de pensamento que visa problematizar e descortinar a colonialidade presente nas estruturas políticas, sociais, ideológicas, epistemológicas, culturais e econômicas das ex-colônias, intencionando a sua emancipação das garras opressivas da herança colonizadora. Para isso, é preciso valorizar o pensamento e as epistemes locais e regionais, enfatizando as experiências e sociabilidades próprias destas regiões e de seus habitantes. (REIS; ANDRADE, 2018). Candau (2016) reforça

[...] descolonização seria reconhecer esses processos de colonização a que estamos submergidos e suas consequências e, por outro lado, denunciar as relações de assimetria, desigualdades, negação do “outro” que são reforçadas e provocadas por esse processo e privilegiar – para se conseguir uma lógica diferente – o que acontece no que poderíamos chamar de as “margens” desse sistema, as zonas do “não reconhecimento”, “do não ser”, “do não saber” daqueles e daquelas que são negados/as pela lógica dominante para, então, poder visibilizar esses sujeitos e essas outras e diferentes formas de “poder”, saber” e “ ser” que assumem outras lógicas e cosmovisões para, a partir daí, poder se situar e transformar a realidade. (CANDAU, 2016, p.06).

E como a epistemologia decolonial se relaciona com a educação? Primeiramente é preciso compreender que, segundo Candau (2016), a estrutura atual da educação é homogeneizante, uma vez que os conteúdos valorizados e ensinados são, em sua maioria, eurocêntricos, partindo de uma perspectiva hegemônica de pensamento, a qual privilegia os conhecimentos necessários para a manutenção da lógica capitalista.

Nesse sentido, as diferenças e a diversidade de saberes e de concepções de mundo são vistas como um problema para a educação, pois possuem a capacidade de abalar as estruturas elitistas de poder vigentes.

Em vista disso, para combater o sistema educacional homogeneizante e promover uma educação de caráter emancipatório para os grupos subalternos, é necessário pensar numa pedagogia decolonial, a qual desvele o caráter colonial da sociedade e da cultura dominante, além de permitir que os indivíduos oprimidos façam parte da construção da estrutura educacional, incluindo na elaboração do currículo. A educação decolonial parte do princípio de valorização das diferenças e diversidades de culturas e pensamentos, colocando a pluralidade como o centro e o norte das discussões pedagógicas. Ademais, outro aspecto importante de decolonialidade no contexto educacional é o diálogo com os movimentos sociais e suas reivindicações, e a presença dos saberes subalternos enquanto conhecimentos valiosos é tão



importante quanto os conhecimentos de base europeia. Portanto, é fundamental o reconhecimento e a produção de saberes locais e regionais que dialoguem e confrontem as visões de mundo colonizadoras. (CANDAUI, 2016).

Por que pensar numa pedagogia DEcolonial e não DEScolonial? Oliveira (2016) defende que o termo DEScolonizar implica somente num pensamento que visa denunciar os mecanismos de opressão derivados do processo de colonização, enquanto DEcolonizar abrange, além dessa perspectiva de denúncia, a intenção de construir outra forma de pedagogia, baseada nas experiências dos grupos subalternos, suas culturas, experiências, línguas e formas de ser e pensar.

Seguindo essa lógica, Paim (2019) traça alguns objetivos e escopos da educação decolonial: a) romper com as narrativas homogeneizantes sobre modernidade e a colonização, buscando promover esses espaços para a história das comunidades subalternas negras, indígenas e periféricas; b) dismantelar o pensamento dicotômico que impõe a lógica inferiorizante do “dominador e do dominado” presente nas subjetividades dos grupos colonizados; c) gerar questionamentos que provoquem, ao mesmo tempo, revolta e a esperança em construir novas formas de sociabilidades, as quais tenham como prioridade o cuidado e a promoção da vida; d) promover a visibilidade e a valorização aos saberes subalternos, populares, periféricos e camponeses, rompendo com a ideia de que tais conhecimentos são unicamente crendices ou superstições;

e) romper com dicotomização que coloca de um lado a ciência, a filosofia e a teologia e, de outro, como menores e desqualificados, todos os conhecimentos que não seguem a racionalidade e cientificidade; f) pautar-se numa epistemologia que abrange todos os saberes estabelecendo as condições da sua produção e validação sem hierarquização; g) não desqualificar nenhum saber, embora considerando diferenças entre eles incluindo-os num repertório alargado de “ciências” ou de saberes científicos; h) definir-se por pensamentos de fronteira como resposta crítica aos fundamentalismos exige um pensamento mais amplo que o cânone ocidental (incluindo o cânone ocidental de esquerda) e assim estabelecer um diálogo crítico entre os diversos projetos políticos/éticos/epistêmicos, apontados a um mundo pluriversal; i) levar a sério as perspectivas/cosmologias/visões de pensadores a partir de corpos e lugares étnico-raciais/sexuais subalternizados; j) lutar contra uma monocultura do saber, não apenas no campo teórico, mas na prática constante dos processos de investigação; k) lutar contra o desperdício da experiência que o ocidente impôs ao mundo pela força. (PAIM, 2019, s.p).

Pensar numa educação decolonial é, sobretudo, dar ouvidos às vozes subalternas, incluindo as vozes negras, as quais sofreram e ainda sofrem com tentativas de silenciamento por meio dos tentáculos da colonialidade remanescentes no Brasil. O racismo brasileiro é atualmente escancarado e velado ao mesmo tempo, uma vez que, por mais que o racismo estrutural empurre os negros para a pobreza e os faça ser vítimas da truculência policial, dos



olhares de julgamento e desconfiança nas ruas, e de terem as suas culturas estereotipadas e vistas sob uma ótica negativa, o mito da democracia racial perpetuou a ideia de que, no Brasil não haveria racismo, pois a raça humana é única e indivisível, defendendo a perspectiva de que os problemas sociais brasileiros seriam unicamente oriundos das desigualdades de classes. No entanto, apesar do argumento da não existência de outras raças humanas, o termo raça é utilizado pelas ciências humanas para designar diferenças sociais hierárquicas, construídas historicamente entre povos considerados brancos e não-brancos. Schuman (2010) afirma

[...] racismo brasileiro foi sistematicamente negado pela alegação de que o preconceito no país era algo ligado a classe, pois o não racismo brasileiro tem como suporte a ideia de que negar a existência das raças significa negar o racismo, de modo que a discriminação de cor não seja interpretada como discriminação racial, já que as raças não existem, contrapondo a esta lógica os estudos que isolaram estatisticamente os fatores ligados à classe (escolaridade, formação profissional, etc.) e mostraram que há desigualdades sociais que permanecem e, portanto só podem ser explicadas quando se introduz o par branco e não branco. Neste caso, não se trata de recolocar a raça em parâmetros biológicos, mas sim da referência à mesma como construções sociais que funcionam como mecanismo de privilégios, demarcação e hierarquização de grupos. (SCHUMAN, 2010, p. 46-47).

O racismo e a colonialidade criaram um processo que naturalizou a condição de desigualdades materiais entre negros e brancos, ao remover dos negros suas identidades e sua própria humanidade. Alguns caminhos para combater esse problema já estão sendo pensados com a promoção de políticas públicas, como o Estatuto da Igualdade Racial e a abertura de cotas sociais e étnico-raciais no Ensino Superior, e com as políticas curriculares na Educação Básica, as quais, nos dias hodiernos giram em torno da implantação e efetivação da lei 10.639/2003, cuja função foi tornar obrigatório nos conteúdos ensinados nos ensinos fundamental e médio, a História da África e afro-brasileira, bem como evidenciar as contribuições dos povos negros para a construção social, política, econômica e cultural do país. (MOTA, 2021). Ademais, o dia 20 de novembro, criado em homenagem à morte do líder quilombola Zumbi, foi incluído no calendário escolar como o Dia Nacional da Consciência Negra.

Atualmente, os grupos e o movimentos negros vem lutando para que, além das conquistas educacionais elucidadas no parágrafo anterior, haja cada vez mais a implementação de uma educação antirracista nas escolas, a qual segundo Dias, Silva, Silva e Almeida (2021), tem como objetivo romper radicalmente com o racismo, denunciando o preconceito racial presente nas práticas escolares, no currículo, na mídia e no tratamento dos indivíduos negros e indígenas na sociedade brasileira, com a intenção de refletir e elaborar uma nova escola, e principalmente



um novo currículo, que enfatize a luta destes povos, sua beleza, epistemologias e culturas, ou seja, a sua humanidade.

Todavia, o intuito da pedagogia antirracista não é trocar um currículo eurocêntrico para um focado unicamente na questão negra e africana. O objetivo é problematizar a relação desigual entre negros e brancos e, ao mesmo tempo, valorizar a cultura, a memória e a História negra. Os pesquisadores mencionados acima denunciam que não basta o currículo tratar de forma esporádica e superficial temas importantes ligados às lutas dos grupos marginalizados, principalmente a História e a cultura afro-brasileira, uma vez que a questão negra precisa estar presente de modo contextualizado, problematizado e aprofundado nas escolas de todo o país. Os autores também destacam que a educação antirracista tem um compromisso em promover a igualdade entre todos os indivíduos, combatendo também as desigualdades de classe e gênero. (DIAS; SILVA; SILVA; ALMEIDA, 2021).

Ao se pensar numa educação antirracista articulada e interseccionada com a pedagogia decolonial, não basta acrescentar mais um tema na Educação Básica, uma vez que, além de sublinhar a contribuição essencial da população negra para a fundação do Brasil, é fundamental rever toda a forma do pensamento ocidental, a qual foi estruturada na dicotomia Moderno/Colonial. Para isso, como aponta Mota (2021), é preciso repensar a maneira como os conteúdos de Geografia, Física, História, Sociologia, Química, Filosofia, Biologia e Matemática são abordados. Nesse sentido, é necessário evidenciar os saberes negros, trazendo para as discussões em sala de aula autores e cientistas negros e negras, filosofias africanas, o pensamento afro-diaspórico, os conhecimentos de matemáticas, astronomia, metalurgia, farmacêutica e as contribuições das diversas línguas africanas para o português brasileiro. Em síntese, a feminista decolonial negra, Andréa Nascimento (2021), aponta

Não se pode contar a história de um povo alienado de sua cosmologia, de sua visão de holística, de sua forma de interpretação da vida. Somente o distanciamento da visão única ocidental representa um passo importante na superação e na transcendência ocidental desse estigma opressivo e dessa imposição colonialista eurocêntrica, que tanto falou por nós e que nos alienou de nós mesmos. (NASCIMENTO, 2021, p. 124).

Portanto, faz necessário dar ouvido as epistemologias negras para romper com a organização do sistema-mundo Moderno/Colonial, o qual racializou e segregou os povos não-brancos, postulando a cultura europeia com a única “evoluída” e “civilizada”, apagando os saberes negros e produzindo subjetividades subalternizadas. Portanto, propiciar uma educação antirracista e decolonial é necessariamente trazer os conhecimentos negros para a sala de aula, desfazendo a visão branca do mundo, e dilacerando o embranquecimento civilizatório e



epistêmico, para que assim se possa promover uma educação emancipatória voltada para a humanização e a valorização dos negros, sua beleza, suas religiosidades, suas identidades, culturas, lutas e resistências.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colonialidade é a forma de organização política, social, econômica, cultural e epistêmica, que permaneceu do período colonial, e que, atualmente, alicerça o capitalismo global, impondo uma lógica racista, classicista e patriarcal ao mundo. Ao colonizar a América, África, Ásia e Oceania, os europeus justificaram a sua invasão e dominação, colocando-se como um povo “superior” e “evoluído”, enquanto bestializavam e desumanizavam cruelmente as populações não-brancas.

Nos dias hodiernos, o racismo permanece no mundo, incluindo no Brasil, com múltiplas facetas, empurrando a população negra para a pobreza sistemática e tentando apagar e estigmatizar as culturas negras e afro-diaspóricas. Para reverter essa realidade, tem sido proposto pelos movimentos negros, por pesquisadores e docentes um projeto educacional decolonial e antirracista, o qual tem o objetivo de descortinar e problematizar as amarras da colonialidade e seus desdobramentos para a presença do racismo nas sociedades latino-americanas, ao mesmo tempo em que valoriza a memória, os saberes e os conhecimentos dos grupos subalternos, incluindo da população negra. Assim, cria-se a possibilidade de pensar em outras formas de subjetividades, outros modos de organizar e experienciar o mundo, que não sejam baseados na brutal lógica racista moderno/colonial determinada pelos europeus.

## REFERÊNCIAS

BOTTOM, V.B. María Lugones: da colonialidade do poder à colonialidade do gênero. In: MARIM, C; CASTRO, S. (Orgs.). **Estudos em decolonialidade e gênero**. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2021.

CANDAU, V. M. Educação descolonizadora: construindo caminhos. **Nuevamérica**, Buenos Aires, n. 149, p. 35-39, 2016.

DIAS, L. R; SILVA, V. P; SILVA, S. P; ALMEIDA, R. E. Educação antirracista uma prática para todos/as, um com compromisso ainda de poucos/as. **Revista de estudos africanos e afro-brasileiros**, v.04, n.11, 2021.



MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Orgs.) **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007.

MOTA, T. H. Ensino antirracista na educação básica: uma introdução. In: MOTA, T. H. (Org.). **Ensino antirracista na educação básica: da formação de professores às práticas escolares**. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

NASCIMENTO, A. Espelho-Reflexo, contemplação, percepção e reconhecimento. Quando a mulher negra descobre a beleza de sua existência. In: MARIM, C; CASTRO, S. (Orgs.). **Estudos em decolonialidade e gênero**. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2021.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, v. 19, n. 1. 2006.

OLIVEIRA, L. F. O que é uma educação decolonial?. **Nuevamérica**, Buenos Aires, n. 149, p. 35-39, 2016.

PAIM, E. A. Epistemologia decolonial: uma ferramenta política para ensinar histórias outras. **HHmaganiza: humanidades em rede**, 19. Jun, 2019.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, A. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino- americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

REIS, M. N; ANDRADE, M. F. F. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista Espaço Acadêmico**, n.12, março, 2018.

SCHUCMAN, L. V. Racismo e Antirracismo: a categoria raça em questão. **Psicologia política**, v. 10, n.19, 2010.

WALSH, C. Interculturalidade e (des) colonialidade: perspectivas críticas e políticas. Conferência Inaugural. **XII Congresso ARIC**, Florianópolis, Brasil, 29 jun. 2009.

Enviado em: 18/04/2022  
Aprovado em: 27/07/2022